

FORMAÇÃO HUMANA E RACIONALIDADE SUBSTANTIVA: reresistência à formação instrumental

ÉLIDO SANTIAGO DA SILVA

Universidade Federal do Piauí. Doutorado em Educação (PPGED/UFPA, 2019), Mestrado em Administração (PPGA/UFRN, 2010) e Graduação em Pedagogia (UEPA, 2003). Professor Adjunto II da Universidade Federal do Piauí. Professor do Departamento de Ciências Sociais, Educação e Desporto do Campus Ministro Reis Veloso da Universidade Federal do Piauí.
ORCID: 0000-0001-9814-9089 E-mail: elidosantiago@gmail.com

GILMAR PEREIRA DA SILVA

Universidade Federal do Pará. Doutorado em Educação (UFRN, 2005); Mestrado em Educação (UFRN, 2002); Especialização em História da Amazônia (UFPA, 1993); Graduação em Pedagogia (UFPA, 1992). Professor Associado III e Vice-reitor da Universidade Federal do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED (Mestrado e Doutorado) do Instituto de Ciências da Educação da UFPA, e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura-PPGEDUC (Mestrado) do Campus de Cametá. ORCID: 0000-0001-9814-9089.
E-mail: gpsilva@ufpa.br



**FORMAÇÃO HUMANA E RACIONALIDADE SUBSTANTIVA:
rerresistência à formação instrumental**

O presente artigo tem por objetivo caracterizar as formas manifestas da Racionalidade Substantiva nos currículos dos cursos do ensino médio integrado à educação profissional. Para responder ao objetivo proposto foi realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 1977) nos Projetos pedagógicos dos cursos de Edificações, Eletrotécnica e Informática do ensino médio integrado à educação profissional e do Projeto pedagógico do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí – campus Parnaíba. Para o tratamento dos dados coletados se utilizou o contínuo de racionalidades proposto por Maurício Serva (1997), baseado no pensamento original de Alberto Guerreiro Ramos (1981), com a finalidade de desvelar valores racionais presentes nos documentos. A partir desta matriz, uma categoria foi definida a priori: Formação humana substantiva. A categoria a priori desdobrou-se em duas categorias empíricas denominadas de “Formação humana substantiva para a humanização” e “Formação humana substantiva para a transformação social”. Como resultado da pesquisa, destaca-se a Racionalidade Substantiva manifesta nos documentos oficiais do Instituto pesquisado é posta como resistência ao processo de instrumentalização da formação escolar. Sendo que os documentos apontam para valores que reforçariam aspectos isonômicos e de transformação do mundo do trabalho e da sociedade em si.

Palavras chave: Formação Humana, Racionalidade Substantiva, Arena de disputas.

**HUMAN FORMATION AND SUBSTANTIVE RATIONALITY:
the resistance to instrumental education**

The present study aims at characterizing the ways in which Substantive Rationality can be manifested in the curricula of Brazilian secondary school courses integrated to professional education, such as Buildings, Electrical Infrastructure, and Computer Science; and, finally, the project applied at the Science and Technology Federal Institute of Piauí (IFPI) - Parnaíba Campus, by analyzing their pedagogical projects (Bardin, 1977). The collected data were assessed as proposed by Maurício Serva (1997), which was based on what was originally thought by Alberto Guerreiro Ramos (1981), in order to unveil the rational values found on these documents. From this model, a theoretical category was defined: Substantive Human Formation, which has unfolded into two empirical categories called “Substantive Human Formation for Humanization” and “Substantive Human Formation for Social Transformation”. As a result of our study, the Substantive Rationality, which was manifested in the official documents from the researched Institute, acts out as a sort of resistance to the process of instrumentalization in school formation, since these

documents point to values that would reinforce isonomic and transformative aspects of the world of work and society itself.

Keywords: Human Formation, Substantive Rationality, Dispute Arenas.

FORMACIÓN HUMANA Y RACIONALIDAD SUSTANTIVA: resistencia a la formación instrumental

Este artículo tiene como objetivo caracterizar las formas manifiestas de racionalidad sustancial en los planes de estudio de la escuela secundaria integrada a la educación vocacional. Para responder al objetivo propuesto, se realizó un análisis de contenido (Bardin, 1977) en los proyectos pedagógicos del edificio, los cursos de electrotecnia e informática de la escuela secundaria integrados con la educación profesional y el proyecto pedagógico del Instituto Federal de Ciencia y Tecnología del campus de Piauí - Parnaíba. . Para el tratamiento de los datos recopilados, utilizamos la continuidad de las racionalidades propuestas por Maurício Serva (1997), basadas en el pensamiento original de Alberto Guerreiro Ramos (1981), para revelar valores racionales presentes en los documentos. A partir de esta matriz, se definió una categoría a priori: formación humana sustantiva. La categoría a priori se desarrolló en dos categorías empíricas llamadas “Formación Humana Sustantiva para la Humanización” y “Formación Humana Sustantiva para la Transformación Social”. Como resultado de la investigación, la Racionalidad Sustantiva manifestada en los documentos oficiales del Instituto investigado se destaca como una resistencia al proceso de instrumentalización de la formación escolar. Dado que los documentos apuntan a valores que reforzarían los aspectos isonómicos y transformadores del mundo del trabajo y la sociedad misma.

Mots-clés: formación humana, racionalidad sustantiva, arena de disputas.



FORMAÇÃO HUMANA E RACIONALIDADE SUBSTANTIVA: resistência à formação instrumental

Introdução

Parte-se do entendimento que a escola é, em primeira instância, uma das mais fundamentais arenas de disputa da luta de classes. Dessa forma, não se procurou desvelar um tipo puro de educação, por entender que os projetos educacionais instrumentais e substantivos coexistem nas dinâmicas escolares, mas sim, apontar para os processos de resistência substantiva à primazia da Racionalidade Instrumental. Com isso, o presente artigo tem por objetivo caracterizar as formas manifestas da Racionalidade Substantiva nos currículos dos cursos do ensino médio integrado à educação profissional.

Para isso, foram analisados os Projetos pedagógicos dos cursos de Edificações, Eletrotécnica e Informática do ensino médio integrado à educação profissional e do Projeto pedagógico do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí – campus Parnaíba, escola lócus da pesquisa. Para o tratamento dos dados coletados, foi usado como apoio um contínuo de racionalidades proposto por Maurício Serva (1997), baseado no pensamento original de Alberto Guerreiro Ramos (1981), com a finalidade de desvelar valores racionais presentes nos documentos. Com esta matriz, uma categoria foi definida a priori: **Formação humana substantiva**. Após Análise de conteúdo (Bardin, 1977), a categoria a priori desdobrou-se em duas categorias empíricas denominadas de “Formação humana substantiva para a humanização” e “Formação humana substantiva para a transformação social”.

Antes de definir os elementos constituintes da Racionalidade Substantiva, deve-se destacar que a formação escolar capitalista é norteadada por uma base calculista. Esta é apresentada como Racionalidade Instrumental (Ramos, 1981). Entende-se a Racionalidade Instrumental enquanto matriz de desenvolvimento no modo de produção capitalista, com destaque para o comportamento calculista e interessado. A ação é guiada por uma projeção de resultado futuro. Como exemplo desde tipo de conduta, aponta-se a noção de empregabilidade quando se fundamenta no acúmulo

de repertórios laborais que serão utilizados em situação futura e deixarão o portador em situação vantajosa perante os demais.

Outros valores que marcam a Racionalidade Instrumental são as noções de desempenho, utilidade, rentabilidade e estratégia pessoal, todas vinculadas na forma como a conduta pessoal pode utilizar recursos, incluindo pessoas, para atingir o melhor resultado material possível. O resultado pode ser medido em ganhos financeiros, cargos de mais destaque ou mesmo na influência de pessoas que servirão a fins anteriormente planejados.

A Racionalidade Instrumental, mesmo que não seja a mais aparente em determinado fenômeno, tenderá a eclipsar as demais racionalidades, visto que a Racionalidade Instrumental é a principal condutora do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A relação calculista do capitalista é o que produz a sociedade capitalista. A determinação dos salários dos operários salvaguardando a margem de lucro é típica da Racionalidade Instrumental.

Marcuse (1967) já apontava que ao capitalismo, o que importava era a conformação da Racionalidade Instrumental como a única alternativa viável para a humanidade e Mannheim (1962) assinalava que o liberalismo criava irracionalidades baseadas no aumento da racionalidade funcional (instrumental) que atentavam contra pressupostos individuais e comuns. Marx (2010, p. 46) sintetiza ambos afirmando que: “O Capital é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa”.

A resistência à primazia instrumental reside na consolidação de elementos substantivos que fortalecem noções de comunidade e isonomia, além de sustentar uma práxis política que permite a possibilidade de transformação da sociedade capitalista em uma sociedade mais justa. Desta forma, para sustentar a tese desse artigo, segue-se com a delimitação das características fundantes da Racionalidade Substantiva.

Fundamentos da Racionalidade Substantiva

Elencam-se diversas causas para a existência de qualquer organização que se busque analisar. Mesmo tendo por base um referencial instrumental digno da organização capitalista, constata-se que as organizações que são necessárias para a reprodução do Capital, possuem fundamentos racionais que não estão vinculados ao cálculo que instrumentaliza o esforço perante o resultado. Desta forma, para Guerreiro Ramos (1981, p. 23), “a razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar a sua vida pessoal e social”. Porém, destaca-se que dificilmente há uma organização regida puramente por um tipo exclusivo de razão.



Demonstra-se que a razão instrumental é aquela que, no capitalismo, busca eclipsar as demais e tornar o único viés de explicação para a organização social e econômica possível para a humanidade. Entretanto, vislumbra-se que a organização social possui um caráter multifacetado que não admite um único viés explicativo. Desta forma, se tem a Racionalidade Substantiva em contraponto à Racionalidade Instrumental.

A Racionalidade Substantiva fundamentaria, segundo Guerreiro Ramos (1981), a ação que levaria a superação do comportamento instrumental, possibilitando ao indivíduo atingir a autorrealização e o autodesenvolvimento. Em consequência disso, nas palavras de Fraga (2000, p. 29): “Engajando-se de forma mais expressiva no processo de desenvolvimento social e, no âmbito da teoria administrativa, no processo de desenvolvimento da própria organização”, ao invés de engajar-se (forçosamente) às alternativas que a sociedade regida pelas organizações de mercado indica como possíveis ou verdadeiras ou coerentes. Sendo assim, desenvolveria outras esferas do indivíduo que não estão diretamente ligadas ao processo de produção.

Serva (1996) destaca que Guerreiro Ramos (1981) defendia que através da Racionalidade Substantiva o homem, além de atingir o desenvolvimento pessoal e autorrealização, poderia ordenar suas relações por meio de valores éticos que gerariam ações que concretizariam um equilíbrio dinâmico entre a satisfação do indivíduo e a satisfação social. Sendo assim, a Racionalidade Substantiva não aprisionaria o desenvolvimento das organizações e do próprio indivíduo a limites referentes à utilidade ao mercado ou ao sistema produtivo.

A Racionalidade Substantiva romperia com a previsão do desenvolvimento humano utilitário, impulsionando-o para áreas que Marcuse (1967) denominou de alternativas utópicas, que são formas de organizações que são tidas como irracionais pela racionalidade do Capital. Alguns desses enclaves ou formas alternativas de associação foram demonstrados por Serva (1993) que identificou doze organizações com configurações diferentes daquelas que se apresentavam de acordo com os ditos da sociedade de mercado. O autor afirma que:

O fenômeno da multiplicação de organizações alternativas ou coletivas (aqui denominadas substantivas) tem tido um forte incremento desde os anos sessenta e já é observado em todos os continentes, demonstrando uma curiosa espontaneidade à medida que a autonomia é um dos seus fatores marcantes, pois nele não se observa o caráter orgânico que determina a natureza das organizações burocráticas ao conferi-las um sentido integrativo e sistêmico (SERVA, 1993, p. 38).

Os estudos de Serva (1993, 1996, 1997) mostram organizações que atuam no mercado capitalista, mas que não se estruturam de forma burocrática ou que usam os indicadores de resultado das empresas instrumentais. O autor destaca que o lucro ou as taxas de investimento e retorno não são ponto preponderante para a definição do resultado ou do planejamento de ações. Os resultados para essas organizações são medidos pelo impacto na alteração da forma de consumo do usuário, gerando um consumo mais consciente ou no processo de emancipação gestada nas relações sociais desenvolvidas na organização.

Para potencializar o desenvolvimento de relações permeadas por valores éticos que tenderiam à autorrealização e ao autodesenvolvimento individual, a organização deveria sedimentar sua estrutura de relações em um sentimento de equidade potencializador de relações sociais solidárias. As organizações substantivas tendem a ser guiadas por elementos de Isonomia, sendo que Isonomia “pode ser definida como um contexto em que todos os membros são iguais” (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 150).

Quadro 1. Características da Isonomia

1. Seu objetivo essencial é permitir a atualização de seus membros, independentemente de prescrições impostas (p. 150).
2. É amplamente autogratiificante, no sentido de que nela indivíduos livremente associados desempenham atividades compensadoras em si mesmas (p. 150).
3. Suas atividades são, sobretudo, promovidas como vocações, não como empregos (p. 150).
4. Seu sistema de tomada de decisões e de fixação de diretrizes políticas é totalmente abrangente. Não há diferenciação entre liderança ou a gerência e os subordinados (p. 150).
5. Sua eficácia exige que prevaleçam entre os seus membros relações interpessoais primárias (p. 151).

Fonte: Elaborado a partir de Guerreiro Ramos, 1981, p. 150-151.

Aponta-se a escola como um ambiente que pode se fundar em características isonômicas que permita aos estudantes o desenvolvimento de valores éticos que permitam o autodesenvolvimento. Porém, é importante ressaltar que a escola é, por si, um espaço complexo e permeado por diversos tipos de racionalidade, mas que pode ter como fim o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, que podem estar relacionadas com finalidades e racionalidades diversas, mas entende-se que, como um espaço de autodesenvolvimento, ela deve fundamentar os valores éticos necessários para um convívio solidário.

Portanto, entender a escola como uma organização majoritariamente substantiva é reconhecer o potencial emancipador produzido pela educação, reconhecer que o sucesso de uma organização escolar não está ligado simplesmente com o escore de rendimento de seus alunos.



É entender que cada espaço dela estará vinculado a um conjunto racional distinto que fornecerá tipos de indivíduos singulares frutos de processos educacionais singulares mesmo que sejam produzidos a partir de traços instrumentais.

Por isso, entendê-la enquanto organização majoritariamente substantiva, necessita de um novo prisma de análise. Guerreiro Ramos (1981) delimita os cinco pontos fundamentais para o desenvolvimento de uma teoria organizacional fundamentada na Racionalidade Substantiva – a “abordagem substantiva das organizações”. São estes os pontos:

- 1) Uma vez que as necessidades humanas são variadas e, portanto, atendidas por múltiplos cenários sociais, é possível categorizar e formular as condições operacionais singulares de cada cenário social;
- 2) Apenas limitadas necessidades humanas são atendidas pelo sistema de mercado, o qual determina um tipo próprio de cenário social, marcado pela comunicação operacional e critérios instrumentais. O comportamento administrativo é uma conduta humana condicionada por imperativos econômicos;
- 3) Diferentes categorias de tempo e espaço vital são correlacionadas a diferentes cenários organizacionais, assim a categoria de tempo e espaço vital dos cenários econômicos é um caso particular entre outros;
- 4) Diferentes sistemas cognitivos referem-se a diferentes cenários organizacionais. Portanto, as regras de cognição pertencentes ao comportamento administrativo constituem também um caso particular de uma epistemologia multidisciplinar face aos diversos cenários organizacionais;
- 5) Diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos no tecido social, ainda que hajam vínculos que os inter-relacionem. Tais vínculos constituem ponto central do interesse de uma abordagem substantiva do planejamento dos sistemas sociais. (GUERREIRO RAMOS, 1981, p.134-135).

Ao construir uma matriz de análise que considere que cada indivíduo possui singularidades que nem sempre podem ser atendidas ou desenvolvidas por organizações com viés de mercado. Que são sujeitos que vivem em relações sociais com tempos e espaços diferentes daqueles formatados pela vida moderna. Que vinculam suas aprendizagens em elementos variados e por isso devem dialogar com as mais diversas organizações sociais e suas lógicas. Desta feita, a Racionalidade Substantiva serve para o entendimento da complexa natureza humana,

estabelecendo formas de emancipação e autodesenvolvimento que não estão contidos no processo formativo unidimensional do capitalismo.

Mesmo que Guerreiro Ramos (1981) e Serva (1993, 1996 e 1997) não vislumbrassem a conexão da Racionalidade Substantiva com a *práxis* e, sim, um melhor equilíbrio social, vê-se que a Racionalidade Substantiva não representa, em primeiro plano, a transformação social, pois entende-se que ao quebrar com os pilares lógicos que sustentam o capitalismo e suas organizações de reprodução como uma única forma lógica de estruturação social, abre-se espaço para novas formas de organização social. Ressalta-se que a Racionalidade Substantiva é uma forma de alcançar a *práxis*, não sendo a *práxis* em si.

Vásquez (2011, p. 221) alerta que “toda *práxis* é atividade, mas nem toda atividade é *práxis*”. Isto serve, em primeira instância, para não tratar a Racionalidade Substantiva como um fim, em si mesma, pois quando posta apenas como forma de contemplação da satisfação advinda da atualização pessoal, mas que não se estabelece enquanto força motriz consciente de transformação social, atua como mera reprodutora das mesmas organizações que escamoteiam sua presença natural na constituição humana.

Sendo assim, a Racionalidade Substantiva conduz a uma *práxis* política que, segundo Vásquez (2011), é dentre as formas de *práxis*¹, aquela que está vinculada com a transformação radical das bases econômicas e sociais que sustentam o poder da burguesia sobre o proletariado. Esta transformação apenas pode se efetivar com o envolvimento de amplos setores da sociedade. Destaca-se, aqui, a importância dos princípios de Isonomia que guiam as organizações substantivas. A transformação social será possível quando os indivíduos pertencentes à sociedade procurarem aquilo que os tornam iguais e não nos aspectos diferenciadores reforçados pelas teorias basilares do desenvolvimento do Capital.

A formação humana substantiva

Para melhor elucidação dos elementos que foram detectados durante a análise da categoria teórica “A formação humana substantiva”, delimitou-se duas categorias empíricas denominadas de “Formação humana substantiva para a humanização” e “Formação humana substantiva para a transformação social”.

¹ Adolfo S. Vásquez destaca quatro formas de *práxis*. São elas: a produtiva, a artística, a experimental e a política.



A definição das categorias empíricas se deu a partir da mineração dos dados obtidos com a análise dos documentos oficiais do IFPI – Campus Parnaíba. Foram levantados 40 trechos significativos nos documentos, nos quais destacam-se 11 manifestavam elementos da Racionalidade Instrumental e 13 da Racionalidade Substantiva. Para a consolidação das categorias que serão apresentadas a seguir, focou-se nos 13 trechos significativos.

A categoria “Formação substantiva para a humanização” foi construída pelo agrupamento do sentido dos trechos que destacam os valores isonômicos como agregadores de características humanizantes ou que reforçam noções coletivistas. Já a categoria “Formação humana substantiva para a transformação social” foi consolidada através da noção de práxis política como fundamento para a alteração ou revolução da dinâmica da sociedade atual. Destarte, parte-se para a apresentação das categorias empíricas.

Formação substantiva para a humanização

O homem é um animal racional que em associação com outros homens tende a reproduzir determinada cultura. Em sociedades tidas como mais avançadas, a escola atua na reprodução do modo de vida da referida sociedade, reproduzindo seus costumes e valores. Na sociedade capitalista não seria diferente, mas como já dito, a escola capitalista se caracteriza por ser uma arena de disputas entre as classes.

Nessa arena, diversas concessões são feitas às bandeiras de luta da classe trabalhadora, entre elas, verifica-se os traços substantivos postos nos documentos do IFPI – campus Parnaíba e mais especificamente para uma concepção de homem mais completa do que aquela que é exigida pelo mercado.

Destaca-se o trecho do Projeto Político Pedagógico do Instituto, que diz: “Nessa visão o trabalho passa a ser concebido como princípio educativo, entendido não como alienador, mas como criador da vida humana”. (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2009, p. 6). Ao conceber o trabalho enquanto princípio educativo, o referido Instituto reconhece o fundamento marxiano que diferencia o homem dos outros animais a partir do trabalho enquanto práxis e pela transformação da realidade. Assim, o reconhecimento do homem enquanto ser é mediado por sua ação intencionada no domínio sobre a natureza.

Portanto, o domínio sobre as condições objetivas de sobrevivência garante ao ser humano a potencialidade para desenvolver as demais relações sociais e assim garantir a reprodução cultural que uma sociedade necessita para se consolidar. O processo de reprodução cultural é permeado

por um conjunto de valores que são aceitos por aquela determinada coletividade e que são, em tese, necessárias para o conviver harmônico.

Mais uma vez o documento produzido no interior das relações educacionais do IFPI – campus Parnaíba se mostra que a formação escolar não apenas se restringe à preparação para o mercado, como também ao desenvolvimento de um senso de cultura humana para que a comunidade escolar se veja enquanto homens e mulheres pensantes e ativos na sociedade. Mostra-se esta afirmação no trecho a seguir:

Enfim, a educação que se quer para o IFPI, campus Parnaíba é de qualidade e considerará o seu primeiro fim que é o da humanização dos envolvidos no processo, sejam eles alunos, professores ou técnico-administrativos, buscando a formação de seres pensantes, inseridos na realidade e com a preparação cultural e técnica eficiente e integrada (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2009, p. 13) (grifos nossos).

Ao considerar ter uma educação humanizadora, o Instituto aponta que a formação, guiada pelo trabalho enquanto princípio educativo, situa-se em um movimento que tende a formar homens e mulheres que estejam sintonizados com os problemas e pautas da sociedade e que possam fazer uma leitura ética dos desdobramentos de cada ação realizada por si e por terceiros no seio do convívio coletivo.

Entende-se que a educação proposta deve abranger a totalidade do indivíduo, promovendo, assim, “[...] a formação do educando como pessoa humana, **incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico**”². Portanto, deduz-se que a educação proposta tem um caráter emancipador e que entende o educando como um ser multifacetado, pois além de uma formação para o trabalho, há a preocupação com a constituição de um indivíduo autônomo.

Em outro trecho do PPP do IFPI – campus Parnaíba que a preocupação com as diversas dimensões da formação humana está também vinculada com a preocupação das ações contextualizadas para os formuladores do documento. Segue o trecho:

² Id., 2015a, p. 11. Grifos nossos.

Nessa perspectiva, pretendemos que o ensino seja transformador e democrático garantindo o respeito às individualidades. **As ações e os meios devem contemplar ao mesmo tempo o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, pois se deseja que este se constitua cidadão** (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2009, p. 24. Grifos nossos).

Presume-se que os documentos indicam que as ações educativas encontram fundamento no local e no social para se tornarem efetivas na formação do cidadão. Ou seja, é preciso ter conhecimento da realidade local e das demandas sociais para, de fato, se tornar um cidadão. Neste ponto, entende-se que para o pleno exercício da cidadania é necessária a construção de um sentimento de empatia e pertencimento pela classe, principalmente daqueles que são da classe trabalhadora.

Um verdadeiro projeto de humanização está vinculado ao aumento da sensação de pertencimento e de igualdade como valores sociais basilares. A escola tem o poder de estimular tais valores, visto que a educação é um processo social que reproduz costumes e valores. Destaca-se aqui um dos objetivos específicos do curso de eletrotécnica, que é: “Educar, valorizando a ética, o caráter, a capacidade técnica, a solidariedade e sentimento de liberdade com responsabilidade”³. Tais valores substantivos, acompanhados da capacidade técnica, mostram que há a preocupação de uma formação que realmente estreite os laços entre os homens e mulheres, produzindo uma sociedade mais solidária.

Desta maneira, entende-se que a preparação para a vida em sociedade é uma das funções da escola. Entretanto, a escola capitalista está inserida em um processo contraditório de atendimento das demandas do Capital e concessões feitas à classe trabalhadora. Destarte, a concepção sobre a escola do capitalismo é que ela é fragmentada e que fragmenta a formação da classe trabalhadora, pois tenta, sem nenhum sucesso em ambos os casos, servir ao Capital e às demandas da classe trabalhadora. Mas, dessa falta de efetividade, resulta justamente o fortalecimento de um dos pilares da Teoria do Capital Humano (Schultz, 1973) que é a busca pelo aumento do repertório intelectual, que tende a aumentar, também, a concorrência entre os trabalhadores que, em contrapartida, acresce o sentimento de fragmentação da classe trabalhadora.

³ Id., 2015b, p. 10.

Entretanto, nota-se, com alento, que há movimentos no interior da escola que ainda resistem ao avanço do pensamento instrumental sobre a formação humana, visto que ainda em seus documentos, o IFPI – campus Parnaíba mostra a preocupação acerca da formação humana que leve ao reconhecimento de demandas coletivas e sociais. O próximo subtópico, será abordado sobre a educação que permite uma formação humana que leve à transformação social.

Formação humana substantiva para a transformação social

A alteração das condições materiais de existência são a maior frente de embate das lutas de classes historicamente descritas. Usufruir da riqueza produzida pela força de trabalho ou por processos históricos de acumulação são bandeiras de luta das classes desprivilegiadas que, geralmente, representam a maior parte da população. Nos dias atuais, o princípio de concentração e centralização de capital (Marx, 2013) está em uma das maiores taxas históricas.

Assim, a escola responde por ser a promessa por alteração do quadro social, entretanto, sem nenhuma garantia de sucesso efetivo. Sem um modelo de redistribuição dos meios de produção e de renda, nenhum método de escolarização será efetivo contra a concentração e centralização do Capital. Todavia, assume-se, aqui, a importância política do processo de escolarização sobre a transformação social.

Como visto no subtópico anterior, a formação substantiva para a humanização, que mesmo com os conflitos sobre os interesses dos objetivos da educação, a escola tem o poder de aproximar os indivíduos que dela fazem parte, através de costumes e valores que preguem o pertencimento e a igualdade. Desta mesma forma, para transformar a sociedade é necessária uma maior coesão entre a classe trabalhadora.

O projeto de transformação social é coletivo e por isso valores que aglutinem a classe para a tal transformação precisam ser compartilhados. Desta forma, o IFPI – campus Parnaíba entende que a formação parte de uma nova concepção de sociedade coletiva, afirmando que:

Essa concepção de construção coletiva de sociedade é inerente à educação de seres humanos autônomos, críticos, com capacidade de entender e cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos, a par do desenvolvimento da sensibilidade para o social, sabendo utilizar-se da tecnologia também com vistas ao bem comum e à cooperação (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2009, p. 12-13).

A superação do uso instrumental do repertório histórico e socialmente acumulado é um dos grandes desafios para a formulação da consciência de classe que possibilitará a transformação



social, pois além de deslocar a leitura positivista sobre o uso das ciências, far-se-á urgente a assunção de um outro tipo de intelectual que virá da classe trabalhadora e que nela difundirá uma ciência que possibilite a compreensão das dinâmicas de exploração do capitalismo.

Neste sentido, baseado no intelectual orgânico de Gramsci (2000), o Instituto entende que:

Com uma formação que combine sólida base científica com compromisso ético-político capaz de compreender a tecnologia como produção do ser social, que se estabelece nas relações sócio históricas e culturais de poder⁴.

Esse profissional ético “que se estabelece nas relações sócio históricas e culturais de poder” aproxima-se da definição de intelectual orgânico de Gramsci (2000), pois apenas um profissional que veja as relações de exploração e que queira a transformação da sociedade é um intelectual orgânico da classe trabalhadora.

Destarte, destaca-se, mais uma vez, a função da escola enquanto uma das formadoras do intelectual orgânico. Entretanto, para isso, é necessário que em seu interior seja ministrada uma educação com qualidade. Aqui, o entendimento de educação de qualidade se insere na proposta feita pelo IFPI – campus Parnaíba que diz que:

Educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove para todos, o domínio do conhecimento e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento das necessidades individuais dos envolvidos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania tendo em vista uma sociedade mais justa e igualitária (INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, 2009, p. 6).

Portanto, o parâmetro de qualidade é aquele que está vinculado a uma educação contextualizada e referenciada socialmente, onde os conhecimentos nela ensinados não servirão apenas como repertórios de uma competição por vagas no mercado de trabalho, mas serão instrumentos da transformação social.

A educação, então, para a classe trabalhadora deveria servir primeiramente à classe e seu processo de transformação social, com garantias básicas para o acesso e permanência dos filhos dos trabalhadores e, posteriormente, a garantia de uma qualidade contextualizada e referenciada socialmente. A formação humana para a transformação social deve vir da composição de costumes

⁴ Ibid., p. 17.

e valores que agreguem a classe em objetivos e finalidades comuns, e, ser constituída na vivência do cotidiano da classe, como também, na escola através de uma educação de qualidade.

Em composição ao exposto acima, o Projeto pedagógico do referido Instituto entende que:

Ao concebermos o IFPI, campus Parnaíba como escola pública, gratuita, e de qualidade, desejamos que, assumindo sua função social, seja uma instituição voltada à socialização de saberes teóricos, práticos e comportamentais, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos para constituírem-se cidadãos participativos, **corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade**⁵.

Com isto posto, cabe uma ressalva no que se refere ao entendimento sobre a transformação social. Entende-se que este é um processo que dificilmente virá sem fortes rupturas no status quo, tendendo ao recrudescimento no enfrentamento daqueles que hoje são privilegiados por tal tessitura social. Não será apenas através de uma mentalidade mais coesa que a classe trabalhadora terá sua justa parcela da riqueza. A transformação social será fruto da revolução e da unidade da classe trabalhadora.

Conclusão

Para responder ao objetivo desse artigo e caracterizar as formas manifestas da Racionalidade Substantiva nos currículos dos cursos do ensino médio integrado à educação profissional, consolidou-se uma categoria teórica, Formação humana substantiva, e duas categorias empíricas denominadas de “Formação humana substantiva para a humanização” e “Formação humana substantiva para a transformação social”. Tal processo de análise reforçou o ponto de partida teórico deste artigo que é o reconhecimento do espaço escolar como sendo importante arena de disputas da luta de classes que estrutura o modo de produção capitalista.

A análise documental realizada nos documentos oficiais do IFPI – Campus Parnaíba resultou em 40 trechos significativos, sendo 13 deles reforçando elementos da Racionalidade Substantiva com perfil de influenciadores no processo de resistência à primazia da Racionalidade Instrumental. Esta resistência se estrutura baseada nas noções de Isonomia (Guerreiro Ramos, 1981) e de práxis política (Vásquez, 2011), resultando em uma formação humana substantiva que

⁵ Ibid., 2009, p. 18. Grifos meus.

valoriza o estreitamento dos laços humanos, o reconhecimento das injustiças e a necessidade de transformá-las em dinâmicas sociais mais justas.

Como isso, o reconhecimento do tensionamento entre os projetos existentes no interior do espaço escolar e suas relações educacionais é o ponto de partida para transformar, principalmente, a formação para o trabalho e não esvaziar o significado da mesma em simples coleta de novas competências que devem ser implementadas e repetidas no mercado de trabalho. Repensar a dinâmica escolar para a emancipação dos que dela fazem parte é papel dos elaboradores dos documentos oficiais.

Sendo assim, destaca-se que o resultado dessa pesquisa reforça que a educação, mesmo estando embebida numa sociabilidade capitalista que prima por elementos instrumentais, encontra resistência na afirmação de elementos substantivos que buscam o reconhecimento de noções isonômicas para a unificação da classe trabalhadora e assim potencializar a transformação social que supere as injustiças do modo de produção em curso.

Destaca-se que a formação do pensamento crítico na educação profissional, mediada pela formação humana substantiva, é fator que pode representar a unificação da classe trabalhadora e aumentar a resistência à exploração capitalista. Visto que os valores substantivos atendem, em mesma porção, ao sujeito e à coletividade, aumentando a noção de responsabilidade com o desenvolvimento social, sem que se perca a percepção de valor da própria força de trabalho.

REFERÊNCIA

ABARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

FRAGA, Marcelo Lorence. A empresa produtiva e a Racionalidade Substantiva. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas no ambiente organizacional integrativo: de Mary Parker Follett a Collins e Porras. 2000. 214f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ciência das organizações. Uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. Projeto Político Pedagógico – campus Parnaíba. Parnaíba:

IFPI, 2009.

_____. Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em edificações na forma integrada. Teresina: IFPI, 2015a.

_____. Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em eletrotécnica na forma integrada. Teresina: IFPI, 2015b.

_____. Projeto pedagógico do curso técnico de nível médio em informática na forma integrada. Teresina: IFPI, 2015c.

MANNHEIM, Karl. O homem e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahr, 1962.

MARCUSE, Herbert. A Ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. Trabalho, Preço e lucro & Salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. O Capital – crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

SERVA, Maurício. O fenômeno das organizações substantivas. In: Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 36-43, 1993.

_____. Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas. 1996. 316f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), São Paulo, 1996.

_____. A Racionalidade Substantiva demonstrada na prática. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.

SCHULTZ, Theodore William. O Capital Humano: investimentos em Educação. São Paulo: Zahar editora, 1973.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da práxis. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Enviado em: 15 de setembro de 2019.

Avaliado em: 10 de novembro de 2019.

Inserido em: 10 de dezembro de 2019.

